

A Carbonária, uma Força Civil, e os Militares:

Uma reflexão histórica

Luís Alves de Fraga

Introdução

O regime monárquico, em Portugal, caiu no dia 5 de Outubro de 1910, na sequência de uma revolução onde os civis se misturaram com os militares opondo-se às poucas forças defensoras do trono e da realeza. A facilidade do derrube da Monarquia tem levado a criar-se a ideia de que o regime estava frágil e que qualquer conspiração o deitaria abaixo sem dificuldade. Quer dizer, passou a considerar-se o resultado como uma consequência da situação. Ora, a verdade dos factos, estudada através da análise do período de preparação da revolução, desmente a constatação anterior, pois a Monarquia dispunha de mecanismos persecutórios que seriam suficientes para dismantelar qualquer tentativa revolucionária se esta fosse rudimentarmente preparada. Foi preciso que determinada conjuntura política interna se desfizesse e muito ardor conspirativo com elevado empenhamento de muita gente na preparação do acto revolucionário para que este tivesse condições de êxito, que, mais tarde, pareceu fácil.

A conspiração articulou-se a vários níveis e envolveu vários centros decisores, bem como várias organizações. Pareceu ter partido de uma elite, todavia, o estudo cuidadoso da estrutura revolucionária leva-nos a perceber que a cúpula conspirativa andou a reboque da vontade das bases que formavam essa mesma estrutura. E isso só foi possível, porque as organizações conspirativas foram ganhando dinâmicas diversas e vontades próprias.

Da orgânica revolucionária fazia parte a Carbonária a qual, como associação secreta, arregimentou muitos milhares de adeptos por todo o país, dando suporte aos ideais do Partido Republicano Português (PRP). A sua actuação e proselitismo chegaram aos quartéis militares tal como já havia lá chegado a propaganda política do PRP, só que os estratos sociais tocados por ambos foram, certamente, diferentes.

Mais do que fazer o estudo da revolução de 5 de Outubro de 1910, o nosso objectivo, neste pequeno ensaio, é reflectir sobre o contexto em que ela se preparou, analisando os esteios

que a apoiaram, as ligações que entre si criaram e a relação que se estabeleceu entre a Carbonária, enquanto uma força civil revolucionária, e os militares.

Para tanto, vamos começar, sempre de forma sintética, por compreender o que foi a ditadura de João Franco e de como ela contribuiu para estabelecer a aceleração conspirativa e revolucionária. Depois, passaremos ao estudo da Maçonaria como centro conspirativo, tentando desfazer certos preconceitos existentes e mostrando como o ideário republicano encontrou no seio daquela instituição o ambiente propício à sua discussão teórica e foi por ela sendo trabalhado de molde a surgirem figuras de proa do PRP no âmbito maçónico. Em seguida, tentaremos perceber como actuou politicamente o PRP durante a vigência da Monarquia e de como a sua representação parlamentar se articulou com a Maçonaria, difundindo o ideal republicano pelo país. Depois, iremos debruçarmo-nos sobre a génese da Carbonária, as suas divisões, a sua estrutura e os relacionamentos que se formaram entre ela, o PRP e a Maçonaria. Passaremos, em seguida, a tentar perceber como os militares entraram na Carbonária e de como esta penetrou nos quartéis militares de modo a formar uma força revolucionária com o objectivo único de derrubar a Monarquia. Por fim, e como corolário deste debruçar sobre aspectos cuja segurança documental é pequena dada a sua própria natureza secreta, discorreremos sobre o carácter popular da revolução de 5 de Outubro, na tentativa de ir um pouco mais fundo naquilo que os historiadores têm afirmado sem levarem em conta o papel efectivo das Forças Armadas e, conseqüentemente, dos militares no acto revolucionário. Depois deste trabalho efectuado passaremos a uma breve conclusão na qual pretendemos realçar alguns aspectos que julgamos interessantes do estudo e reflexão que fomos executando, na esperança de haveremos contribuído para uma compreensão não só da relação dos militares com a Carbonária como também de certos particularismos da preparação do acto revolucionário de 5 de Outubro de 1910.

João Franco e a aceleração revolucionária

Desde o final do ano de 1906 que se tinham intensificado, em Lisboa e no Porto, as acções de contestação ao Governo animadas, especialmente, pelos republicanos que mais envolvidos estavam na política nacional e municipal. Uma das temáticas que colocava ao rubro as discussões políticas era a questão dos chamados adiantamentos à Casa Real, isto é, os empréstimos feitos pelos diferentes Gabinetes à Família Real por ser, dizia o rei, diminuta a Lista Civil ou orçamento para sustento da Coroa. Os republicanos souberam

explorar convenientemente este assunto de modo a provar que a Monarquia era um fardo para a Nação¹.

Logo em Março de 1907 a opinião pública foi, mais uma vez, confrontada com um facto político de dimensão nacional: a greve académica desencadeada em Coimbra e, depois, espalhada a todos os estabelecimentos de ensino do país. Era notório o descontentamento em relação ao Governo e à Monarquia. Os republicanos exploravam, como seria de esperar, a situação e aproveitavam-na para ampliar a propaganda que exaltava a necessidade de alteração do regime. A máquina governamental aumentava o sistema repressivo e chegou ao ponto de, a 12 de Abril, dar por terminada a actividade do Parlamento. Ia passar-se a uma governação ditatorial, uma vez que se acabava com o papel de supervisão das Câmaras. O regime de concentração política, que até aí havia dado forma ao Governo, juntando progressistas e franquistas, dissolveu-se e passou à oposição, engrossando o núcleo com os regeneradores e os dissidentes. João Franco, o Presidente do Ministério, estava a governar por exclusiva vontade do rei e dependente do seu exclusivo apoio. D. Carlos não poderia estar mais isolado, cavando a ruína da sua própria imagem no plano interno. Os actos discricionários aumentaram a um ritmo acelerado.

Não foi só no campo republicano que a contestação contra João Franco se manifestou. A verdade é que ela abarcou o leque dos partidos monárquicos e levou a que José Luciano, o decano do Conselho de Estado, solicitasse ao monarca que mandasse reunir aquele órgão para analisar e ponderar a situação política nacional. O rei concordou em receber, pasme-se, um por um, em audiência privada, os membros do Conselho. Era a confirmação do autismo real naquele momento. A corroborar a sua postura, o monarca, em face das mensagens das Comissões da Câmara dos Pares e da dos Deputados, que lhe foram entregues por representantes daqueles órgãos representativos, limitou-se a, secamente, informá-los de que faria chagar ao Governo aqueles protestos.

Tal como nos relata o Professor Doutor Marques Guedes², a campanha da imprensa chegava ao rubro e foi de tal monta que o médico e jornalista Dr. Artur Leitão não teve pejo em traçar publicamente o perfil psicológico de João Franco e diagnosticar-lhe epilepsia! Era o descrédito do Governo e do monarca que nele confiava inteiramente.

¹ HOMEM, Amadeu Carvalho — *Da Monarquia à República*. Coimbra: Palimage, 2001. Pode, com vantagem, ler-se o capítulo intitulado “João Franco ou a Tentação Ditatorial”, p. 125-134.

² GUEDES, Marques — *Os Últimos Tempos da Monarquia: 1890 a 1910*. In PERES, Damião (dir.) *História de Portugal*, vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora, 1935, p. 412-452.

A ditadura dava mostras de, cada vez mais, endurecer a sua posição repressiva. João Franco deslocou-se ao Porto para ser homenageado por admiradores políticos e, no regresso, na estação do Rossio, houve manifestações populares contra o chefe do Governo. A polícia carregou sobre a multidão e fez vários feridos e dois mortos. Imediatamente após estes acontecimentos um decreto governamental tornava possível suspender os jornais e publicações que fossem atentatórios da ordem pública. Adensava-se a olhos vistos o ambiente de desagrado e de revolta popular o qual continuava a ser explorado pelos republicanos e esse foi o motivo que levou a serem acusados, em Agosto de 1907, de encabeçarem a manifestação do Rossio dezoito personagens de relevo da sociedade política nacional, entre os quais estava José Alpoim, Afonso Costa, António José de Almeida, João Pinto dos Santos, o visconde da Ribeira Brava, Abel de Andrade, Artur Leitão, França Borges e Magalhães Lima. Dos dezoito nem todos eram republicanos, havendo-os dissidentes e regeneradores.

Na sequência do aumento da repressão entendeu João Franco, até contra vontade de D. Carlos, publicar legislação sobre os adiantamentos feitos à Casa Real. Era lançar lenha na fogueira, como, com ponderação, afirmou o próprio rei. Pouco tempo depois Júlio de Vilhena, que ocupou a liderança do Partido Regenerador em substituição de Hintze Ribeiro, afirmava, na imprensa, de forma profética: «Isto ou acaba numa revolução ou num crime»³. João Franco estava a cavar a sepultura da Monarquia em Portugal. As adesões ao Partido Republicano aumentaram, dia após dia, em função do bom entendimento com o Chefe do Governo que D. Carlos fazia questão de anunciar em qualquer altura e circunstância. Parecia que o futuro de um estava ligado ao do outro e se haviam tornado parceiros inseparáveis.

Como é sabido, nos últimos dias de Janeiro de 1908, esteve preparado um acto revolucionário que envolvia republicanos e monárquicos numa estranha coligação. Parecia que não estava em causa a Monarquia, mas o modo de governação. Na verdade, no seio do Partido Republicano ainda não se tinha chegado ao ponto de equacionar a mudança de regime pela via revolucionária, a única capaz de se impor na sociedade portuguesa da época.

João Franco ordenou, por ter tido conhecimento antecipado da intentona, a prisão de várias personalidades: França Borges, Alfredo Leal, João Chagas, Vítor de Sousa, António José

³ Idem, *op. cit.* p. 444.

de Almeida, Afonso Costa, Egas Moniz, Álvaro Pope, visconde da Ribeira Brava e José de Alpoim, que conseguiu fugir para Espanha. A repressão, na perspectiva de João Franco, tinha de aumentar.

No dia 31 de Janeiro de 1908, o ministro da Justiça, Teixeira de Abreu, regressou de Vila Viçosa, por onde andava o rei, com um decreto assinado e no qual se previa a possibilidade do Governo mandar expulsar do país ou desterrar para qualquer dos territórios ultramarinos todos aqueles que incorressem no texto do artigo 1.º do Decreto de 21 de Novembro de 1907: «quando os interesses superiores do Estado assim o aconselhassem». A resolução seria tomada pelo Conselho de Ministros. Era a arbitrariedade no seu mais amplo esplendor! Falava-se já da existência de uma longa lista de cidadãos a quem ia aplicar-se a nova legislação.

No dia 1 de Fevereiro, D. Carlos, D. Amélia e D. Luís Filipe, o príncipe herdeiro, regressaram a Lisboa. Do ponto de vista político o ambiente era o de maior tensão que se possa imaginar. O rei e família, em vez de tomar as cautelas que a segurança mais aconselhava, desembarcaram no Terreiro do Paço e iniciaram a viagem numa carruagem aberta, com dispensa de uma escolta reforçada. No caminho, pouco antes de voltarem para a rua do Arsenal, saíram do meio da multidão dois homens que assassinaram, com tiros mortais, D. Carlos, D. Luís Filipe e feriram ligeiramente D. Manuel, o filho mais novo.

O regicídio foi o primeiro corolário do clima de intolerância que João Franco criara com a concordância e apoio do rei. E disso nos dá excelente testemunho o professor, escritor, poeta e filósofo espanhol Miguel de Unamuno, que publicou, em Salamanca onde leccionava, logo em Fevereiro de 1908, o seguinte: «O Rei D. Carlos (...) não precisava de João Franco para atrair a si o ódio do seu povo. Era quase unanimemente execrado. Tinha conseguido unir os seus súbditos num sentimento comum a seu respeito; um sentimento de ódio misturado com desprezo. (...) tenho que dizer que os tiros sobre o rei partiram das próprias entranhas do povo português. E se a *execução* [sublinhado da nossa autoria] do Rei D. Carlos é execrável, é-o como é a execução de qualquer réu. D. Carlos estava julgado e condenado pelo seu povo»⁴.

Este testemunho coevo, imparcial, porque feito por um observador externo e não comprometido com as pugnas que dividiam os Portugueses, abre-nos a porta para duas análises que não vamos fazer exaustivamente: uma, a que anula o maior quinhão de

⁴ UNAMUNO, Miguel de — *Portugal, Povo de Suicidas*. 3.ª ed. Lisboa: Abismo, 2010, p. 44.

responsabilidade no regicídio a João Franco; outra, a que coloca D. Carlos não como um assassinado, mas como um *suicida* que tudo faz para ser morto numa aparência de execução.

Vejamos, ainda que brevemente, a primeira. Se D. Carlos estivesse certo e o seu comportamento político fosse o desejável, a linha persecutória contra oposições, nomeadamente republicana, não teria abrandado logo a seguir ao regicídio. E deve notar-se que se ela abrandou foi porque D. Manuel II, com a concordância de sua mãe, a rainha D. Amélia, a qual, na sombra, o tutelava, aceitou desenvolver uma política de *acalmação* como lhe chamaram na altura. Quer dizer, o que restava da Família Real, sem o afirmar, reconhecia os erros de D. Carlos e a sua má condução perante a nação. João Franco, entrando a governar de forma brutal e impiedosa, só fez a vontade a D. Carlos. Este serviu-se do Presidente do Conselho de Ministros e não o contrário. Seja assim ou ao revés, a verdade é que D. Carlos, apoiado ou apoiando, legalizou a ditadura de João Franco que, em boa verdade, era a sua.

Ora, o que dissemos, abre a porta à segunda perspectiva: D. Carlos foi, verdadeiramente, um suicida. O comportamento do rei levou-o ao julgamento popular, a tornar-se um ser inaceitável por parte dos súbditos. D. Carlos jogou com a sorte, esticando a paciência da opinião pública para além do conveniente. A sua atitude arrogante em relação à *piolheira* — forma imprópria de um monarca se referir ao seu reino e ao seu povo — ditaram-lhe a condenação; condenação da qual foi ele o único escrivo devido ao comportamento adoptado. Quer dizer, D. Carlos, nos últimos anos do seu reinado, cada vez mais, foi *puxando* para si o cano da arma que o havia de matar. Isto é, em última análise, uma forma de suicídio. Mais do que uma execução, o regicídio foi um suicídio.

A dupla D. Carlos-João Franco conseguiu, em menos de dois anos, ampliar ao máximo a rede conspirativa em Portugal, levando-a a abandonar fórmulas amadorísticas e adoptando processos sofisticados de luta. É sobre eles que nos vamos debruçar em reflexão exploratória tendo em vista aclarar alguns pontos que andam mais obscuros ou realçar outros menos divulgados.

A Maçonaria como centro conspirativo

O mau entendimento do que foi, e é, a Maçonaria tem levado a opinião pública, e alguns historiadores, a não perceberem o papel desta associação, dita secreta, na proclamação da

República em Portugal. Tentaremos esclarecer este lado nem sempre claro e muitas vezes mitificado da problemática republicana.

A Maçonaria foi, desde sempre, uma *escola* de tolerância, um *espaço* aberto à livre discussão das ideias, um *laboratório* de democracia prática e, como consequência, uma *oficina* de aperfeiçoamento individual⁵. Para que, no mínimo, estes e outros objectivos menores sejam alcançados é necessário que o obreiro, maçã, ou pedreiro-livre se sinta perfeitamente seguro de que as suas ideias, porque livremente expressas, não vão ser alvo de apreciações descontextualizadas e tema de discussão por quem só está interessado em destruir ou sobrepor-se intelectualmente sem respeito pela opinião expressa. A razão prática do *secretismo* maçónico assenta na confiança que todos os obreiros têm de ter nos seus companheiros para que os assuntos discutidos se confinem às paredes da Loja e não venham para a praça pública. A Loja, enquanto espaço físico, ou templo é, deste modo, um sítio onde impera a liberdade e a tolerância, porque se respeitam as ideias e opiniões dos companheiros. A crítica visa sempre o mais amplo esclarecimento de modo a que todos beneficiem do saber de cada qual. Cada obreiro, ao exercer, na prática, este jogo de liberdade, tolerância e segredo, está em constante mutação intelectual rumo a um aperfeiçoamento que faz dele um cidadão mais esclarecido e civicamente mais apto para se tornar um *apóstolo* da democracia, lutando na sociedade profana contra o obscurantismo e a tirania.

A Maçonaria, em qualquer dos seus ritos ou das suas obediências, sempre se norteou por estes princípios tão singelamente enunciados e, por isso, sempre foi incómoda para todos quantos ambicionam a difusão da ignorância, da intolerância, do obscurantismo e do absolutismo como forma de governo ou de estar em sociedade.

Percebe-se, depois deste esclarecimento prévio, o papel histórico que a Maçonaria desenvolveu, desde o início do século XVIII, na Europa e no mundo onde o seu ideal foi chegando. As igrejas e as doutrinas políticas dogmáticas não a poderiam aceitar. Teriam de ver nela o adversário a abater. Percebe-se, agora, o motivo pelo qual a Maçonaria foi motor de mudança do *ancien régime* para o liberalismo em toda a Europa e como ela teve lugar

⁵ RAMOS, Jorge — *O que é a Maçonaria*. 3.^a ed. Lisboa: Editorial Minerva, 1982, p. 67-81. Também, NAUDON, Paul — *A Franco-Maçonaria: A História, A Doutrina, Os Ritos, As Obediências*. s. l.: Publicações Europa-América, s. d. p. 33-43.

de destaque nas independências das colónias americanas⁶. Foi essa vocação de vanguarda que a colocou no centro da proclamação da República em Portugal.

Não possuímos documentação que nos garanta como se desenrolou o processo que conduziu a Maçonaria, ou, pelo menos, algumas Lojas do Grande Oriente Lusitano Unido a iniciarem o processo de reflexão sobre a mudança de regime em Portugal. Mas, por certo, ele já vinha de longe e foi-se sedimentando à medida que se degradavam as condições de sobrevivência da Monarquia. Coimbra terá sido o alfobre de muitas iniciações de jovens republicanos que, depois, ou na capital do reino ou noutras cidades do país, se transformaram em arautos do regime desejado. No mínimo, a geração de estudantes de 1890 foi arrebanhada para abraçar o ideal republicano, na sequência e como consequência do ultimato britânico e da falhada tentativa de implantação da República, no Porto, em Janeiro de 1891.

O que, julgamos, se deve corrigir, é o sentido do movimento republicano em face da Maçonaria. Estamos cientes de que foram os republicanos que levaram para o seio da Maçonaria a discussão da nova temática e não o contrário. Todavia, admitimos que, uma vez aceites como pedreiros-livres os republicanos, estes passaram a discutir a problemática do regime no âmbito das Lojas maçónicas. Discutir não no plano da propaganda partidária, mas no do esclarecimento da ideia política. A partir deste ponto ter-se-á, provavelmente, gerado uma situação de osmose dentro das Lojas maçónicas, levando a que a consciência republicana tenha aumentado entre todos os que discutiam a doutrina.

Quanto mais se foi adensando o clima político monárquico, enviesando a governação para o campo ditatorial, nomeadamente com João Franco, mais terá aumentado o nível de discussão republicana em algumas das Lojas maçónicas e, abertamente, se terá abandonado a discussão teórica para passar à análise de situações pontuais concretas. Neste conjuntura, julgamos, ainda não se estava no plano da conspiração, mas andava-se perto do da propaganda. Era, contudo — se fosse — uma propaganda restrita, pois confinava-se ao universo fechado e elitista⁷ das Lojas maçónicas. Quer dizer, a Maçonaria, ou certas Lojas

⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da Maçonaria em Portugal. Volume I. Das Origens ao Triunfo*. Lisboa: Presença, 1990, para uma mais completa compreensão da implantação da Maçonaria em Portugal.

⁷ É conveniente perceber que pelo tipo de selecção que se fazia, e se faz, a admissão na Maçonaria era, e é, limitada a quem, para além de possuir condição económica estável e de relativa abastança, possuísse, e possuía, um nível cultural e intelectual que possibilite a elevação das discussões dos temas tratados em Loja.

maçónicas, pelo menos até às vésperas do regicídio, terá funcionado como *escola de elites* republicanas⁸.

Faltando-nos os elementos necessários para fundamentar documentalmente o que antes temos vindo a expor sobre a Maçonaria resta-nos dar nota da admissão como pedreiros-livres de alguns nomes que mais estiveram associados à grande propaganda republicana antes do regicídio e respectivas datas de admissão. Temos, assim, talvez como figura de proa, em primeiro lugar João Chagas que foi iniciado em Lisboa, no ano de 1896, isto é, já depois de ter participado na tentativa revolucionária de 1891, no Porto; Sebastião de Magalhães Lima, iniciado maçã em 1874, na cidade de Coimbra; Artur Luz de Almeida, iniciado em 1897, na cidade de Lisboa; António Maria da Silva, iniciado em 1902, na cidade de Lisboa; José Trindade Coelho, iniciado em 1906, na cidade de Lisboa; Afonso Costa, iniciado em 1905, na Loja *O Futuro*; António França Borges, iniciado em 1901, na cidade de Lisboa; Miguel Augusto Bombarda, iniciado em 1879, na capital do reino; Augusto Manuel Alves da Veiga, iniciado em 1884, no Porto; António José de Almeida, iniciado em 1907, na cidade de Lisboa; João Duarte de Meneses, iniciado em 1892, na cidade de Lisboa; Bernardino Machado, iniciado em 1874, em Coimbra, aderiu ao Partido Republicano em 1903; Francisco Xavier Esteves, iniciado em 1893, no Porto⁹.

Estes e outros livres-pensadores terão sido os arautos da doutrina republicana dentro da Maçonaria, nomeadamente aqueles que foram iniciados antes do findar do século XIX. Assim, provavelmente, geraram as condições para que em algumas Lojas a ideia republicana fosse tomando forma através da livre discussão do ideário e do que ele preconizava. Não se terá tratado de qualquer tipo de acção conspirativa, mas de mera reflexão e debate de doutrinas.

Deve referir-se que as Lojas eram, e são, autónomas e não tinham de prestar contas a nenhum órgão interno da Maçonaria sobre os temas que no seu seio se discutiam, embora lhes fosse vedada a disputa de questões políticas partidárias, facto que não invalidava o aprofundamento do ideário republicano. Por outro lado, o direito de livre circulação dos obreiros entre Lojas facilitava que cada um escolhesse fazer parte do quadro da Loja com a qual mais se identificava. Quer dizer, os republicanos podiam ir-se juntando em Lojas onde

⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol II. s. l.: Editorial Delta, 1986, p. 1223. Trata-se de um pequenino artigo que é suficiente para compreender o processo que mais pormenorizadamente temos vindo a desenvolver.

⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vols. I e II. s. l.: Editorial Delta, 1986 e MALTEZ, José Adelino — *Tradição e Revolução: Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XX*, vol. I. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

discutiam temas elevados do republicanismo e da sociedade em geral. Terá sido por influência da Maçonaria no mundo profano que se deu início à discussão pública da questão do Registo Civil em oposição ao registo paroquial adoptado pela Monarquia desde tempos imemoriais, por exemplo. Ou, até mesmo, o da influência das ordens religiosas na vida nacional. Ou, ainda, o do casamento e divórcio civil, para não referir já o da laicidade do Estado.

Percebe-se, desta forma, que sem disputar directamente a questão do regime se discutiam temas que só através de uma mudança de regime se poderiam levar à prática. Mas, dado o interesse das diferentes temáticas no seio da sociedade profana, percebe-se, também, que é difícil traçar a verdadeira fronteira entre o que era debatido no âmbito das Lojas maçónicas e a discussão gerada por iniciativa do mundo profano. Mais ainda, como os actores sociais eram os mesmos no mundo maçónico e no do republicanismo era, também, impossível traçar o limite entre a iniciativa republicana e a iniciativa maçónica. Em boa verdade, cumpria-se o objectivo maçónico de trazer para o âmbito profano novas ideias; ideias que representassem formas de luta contra a tradição obscurantista¹⁰. Esta situação leva-nos a ter de nos debruçar, de seguida, sobre o Partido Republicano Português e perceber como ele esteve posicionado durante os anos anteriores ao regicídio e qual a sua influência na sociedade portuguesa do tempo.

O Partido Republicano Português

Não temos a pretensão de aqui fazer o estudo pormenorizado do que foi a vida do Partido Republicano Português (PRP) ou, até mesmo, do que foi o republicanismo em Portugal antes da proclamação da República. Outros já se encarregaram, com grande qualidade e profundidade, dessa árdua tarefa¹¹ pelo que nos resta somente traçar alguns enquadramentos que possam levar à compreensão de como ocorreu a articulação entre os quatro elementos fundamentais — Forças Armadas, Partido Republicano, Maçonaria e Carbonária — para que, na manhã de 5 de Outubro de 1910, fosse proclamada a República da varanda do edifício da Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁰ GRAINHA, M. Borges — *História da Franco-Maçonaria em Portugal: 1733-1912*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Veja, 1976. Obra que se deve consultar para perceber os fundamentos da acção da Maçonaria, os objectivos e as relações entre o mundo profano e o mundo maçónico ao longo dos tempos em Portugal.

¹¹ CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.

Pode dizer-se que a ideia republicana teve quem a adoptasse logo em 1820, aquando da revolução liberal, contudo, subsistiu de forma difusa até ao fim da primeira metade do século XIX, sem grande divulgação fora de círculos restritos. Foi especialmente com a vivacidade intelectual de 1870 que passou a ganhar contornos mais definidos o conceito republicano como solução política nacional. Todavia, o republicanismo viveu durante várias dezenas de anos circunscrito a *clubes* de discussão de novas ideias sem qualquer reflexo evidente nas populações instruídas do país. Nem de esforços propagandísticos se pode falar antes de 1878, ano em que, pela primeira vez foi eleito um deputado republicano. Tratou-se de José Joaquim Rodrigues de Freitas que, no Parlamento, deu publicidade ao ideário republicano. Manteve o seu mandato até à legislatura de 1893. Era livre-pensador embora se desconheça a Loja e o ano de iniciação. Ao chamarmos a atenção para este facto, pretendemos acentuar que a Maçonaria foi, desde muito cedo, uma associação onde a ideia republicana e democrática se acolheu.

Em 1882 foram eleitos deputados os republicanos José Elias Garcia e Manuel de Arriaga. O primeiro era oficial do Exército, da Arma de Engenharia, tendo atingido o posto de coronel. Depois de ter pertencido ao Partido Reformista aderiu ao Partido Republicano. Foi um destacado publicista, chegando a redactor principal do *Jornal de Lisboa*; foi maçã, iniciado em 1853, na cidade de Lisboa. No ano de 1878 assumiu as funções de presidente da Câmara Municipal de Lisboa onde se destacou pela obra deixada, especialmente no domínio da instrução pública.

No ano de 1884 Elias Garcia tornou a ser eleito deputado na companhia de Zófimo Consiglieri Pedroso. Este era também pedreiro-livre, iniciado, em Lisboa, no ano de 1888, tendo sido reeleito deputado na legislatura de 1887-1889. Foi um republicano que dedicou especial atenção à problemática da educação popular, havendo dirigido a “Biblioteca de Propaganda Democrática”. Está patente neste pequeno esquisso biográfico mais uma das formas da Maçonaria e os pedreiros-livres actuarem no meio profano.

Para o primeiro período legislativo, em 1890, foram eleitos deputados Rodrigues de Freitas e José Maria Latino Coelho. O segundo era oficial do Exército, tendo chegado ao posto de general de brigada. Foi publicista e historiador, tendo deixado escrita a *História Política e Militar de Portugal desde os Fins do Século XVIII a 1814*. Ficou inacabada esta obra, mas tem o excelente mérito de ter sido escrita com base na documentação a que teve acesso na altura. No segundo período legislativo foram eleitos deputados republicanos Bernardino Pinheiro, Elias Garcia e Manuel de Arriaga.

Entretanto, devemos recordar que no ano de 1890, a 11 de Janeiro, o Governo britânico desferiu o pior golpe que imaginar se podia no orgulho dos Portugueses: entregou ao ministro dos Negócios Estrangeiros um ultimato impondo o abandono de territórios africanos que Portugal entendia pertencerem-lhe. Foi a lei do mais forte para calar a voz do mais fraco, foi a ofensa desnecessária depois da existência de uma aliança secular. O Governo de Lisboa cedeu, mas o preço da cedência foi quase tão alto como aquele que o ultimato fazia supor, pois minou, logo de seguida, a fraca opinião que já se começava a fazer sentir internamente quanto à Monarquia. Os republicanos não perderam a oportunidade e, com acções de propaganda bem dirigida, ajudaram à confirmação do descrédito que se desenhava à volta das instituições. E, verdade seja dita, a campanha foi bem organizada, pois gerou, ainda que com algumas cicatrizes mal saradas, um movimento de unidade entre os republicanos e as suas diferentes facções. Na sequência e como consequência do ultimato, em 11 de Janeiro de 1891, vinte dias antes da revolta militar no Porto, foi assinado e dado a conhecer ao país o manifesto-programa que pode considerar-se o elemento fundador do Partido Republicano Português. Foram seus signatários Azevedo e Silva, Francisco Homem Cristo, Bernardino Pinheiro, Jacinto Nunes, Teófilo Braga e Manuel de Arriaga.

A ocorrência da revolta de parte da guarnição militar do Porto, em 31 de Janeiro de 1891, sendo uma sequela do ultimato britânico é, sem qualquer tipo de dúvida, também, a prova da falta de unidade e coesão dentro do movimento republicano nacional. Deste acontecimento podem extrair-se, pelo menos, três conclusões imediatas: o falhanço ficou a dever-se à completa ausência de secretismo na preparação do acto revolucionário, visto que se comentava nos botequins e tabernas do Porto, sem recato, a preparação que se estava a fazer; o falhanço resultou de uma má preparação da conspiração, pois assentou, essencialmente no envolvimento da tropa sem apoio e articulação com a população e, para mais, limitaram-se as adesões militares a sargentos quase se excluindo da conjura oficiais; por fim, ficou claro que o Governo monárquico, para além de mandar reprimir a sedição militar, passou a levar em muita conta a ameaça republicana, reprimindo-a, daí para a frente com medidas judiciais e administrativas severíssimas. Esta última conclusão foi determinante no desenrolar futuro do comportamento dos republicanos, pois, no imediato, gerou duas posições antagónicas no seio do PRP: de um lado, colocou todos os que passaram a acreditar que a mudança de regime só se faria pela via legal, ou seja, através de actos eleitorais e, de outro, colocou uma pequena facção que se apercebeu de que a mudar o regime através de um acto revolucionário este teria de ser articulado entre a tropa e a

população civil obedecendo a um projecto executado em segredo, mas transversal a toda a sociedade politicamente consciente.

Nas eleições de 1892 os republicanos fizeram-se representar nas Cortes por Bernardino Pinheiro, Manuel de Arriaga e Eduardo Abreu. O último, doutor em medicina pela universidade de Coimbra, tornou-se num grande propagandista do republicanismo, depois de ter abandonado o Partido Progressista. Em 1892 foi iniciado livre-pensador na Loja *Simpatia* de Lisboa. Temos, agora, um exemplo de um republicano a entrar na Maçonaria para usufruir do espaço de liberdade que esta oferecia.

No ano de 1893 foram eleitos deputados em representação do PRP as seguintes personalidades: Eduardo Abreu, Francisco Teixeira de Queirós e José Jacinto Nunes. Quer dizer, mesmo independentemente de todas as manobras políticas que os monárquicos iam fazendo para evitar a representação parlamentar de republicanos nas Cortes, continuava a luta pela manutenção de vozes de oposição ao regime. No entanto, de dia para dia, era cada vez mais difícil eleger quem desse testemunho do novo ideal que se ia radicando no seio da sociedade nacional, especialmente entre as camadas culturalmente esclarecidas da população.

Em 1894 foram eleitos para representar o PRP na magna assembleia nacional Eduardo Abreu e Francisco Gomes da Silva. O último era guarda-livros da Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido director dos jornais *O Dia* e *Democracia Portuguesa*. Era politicamente um discípulo de Elias Garcia e foi iniciado mação em 1882, tendo chegado a ser Grão-Mestre Adjunto.

Seguiu-se um intervalo de seis anos durante o qual o PRP optou por não apresentar candidatos seus ao Parlamento, por ter aumentado o sistema de perseguição aos republicanos e, ao mesmo tempo, terem sido notórias as manobras que visavam a adulteração dos resultados eleitorais através de fraudes descaradas. Contudo, foi neste período que se reorganizou o PRP por todo o país, criando comissões políticas paroquiais, municipais e distritais. Entretanto, deveu-se à imprensa republicana, que se generalizou nos grandes centros urbanos, a acção de propaganda. Seria exaustivo enumerar todas as folhas que surgiram, bastando-nos ficar pelos mais representativos jornais nos últimos anos da Monarquia: *A Voz Pública* (no Porto), *O Mundo* e *A Luta* (em Lisboa, respectivamente em 1900 e 1906).

Novo fôlego foi retomado no ano de 1900 com a eleição, pelo Porto, para as Cortes, de Afonso Costa, Francisco Xavier Esteves e Paulo José Falcão. Os dois primeiros eram

maçons, tendo o segundo sido iniciado em 1893, no Porto. A entrada na Câmara de Deputados de Afonso Costa veio dar um novo alento ao discurso republicano, tornando-o mais agressivo, desmascarando as manobras políticas dos partidos monárquicos.

Nas eleições de 1906 deram entrada no Parlamento novamente Afonso Costa e mais Alexandre Braga, António José de Almeida e João de Meneses. O último, para além da actividade de advogado foi também jornalista e distinguiu-se pela sua acção na propaganda republicana, tendo sido iniciado pedreiro-livre no ano de 1892, na Loja *Simpatia* de Lisboa.

No ano de 1908, o PRP conseguiu uma brilhante vitória ao eleger a sua maior representação para as Cortes pois nelas tomaram assento como deputados Afonso Costa, Alexandre Braga, António José de Almeida e João de Meneses e, mais ainda, Estêvão de Vasconcelos, José Maria de Moura Barata Feio Terenas e Manuel de Brito Camacho. Os dois últimos, entre alguns dos anteriores, também eram *maçons*. Feio Terenas foi jornalista e propagandista republicano desde muito jovem (pertenceu ao núcleo criador do PRP); entre vários jornais que fundou, a ele se deve um de carácter maçónico intitulado *O Vintém das Escolas*; foi iniciado em Coimbra. Brito Camacho, para além de médico militar, foi destacado jornalista, havendo fundado o jornal *A Luta*; muito jovem aderiu aos ideais republicanos e foi iniciado mação em 1893, em Torres Novas.

No início deste ano de 1908, como já referido, ocorreu o regicídio o qual foi um marco importante na viragem da luta republicana em Portugal. Com efeito, o falhanço do golpe republicano de 28 de Janeiro tornou-se no motor que incentivou a ideia da revolução. Deve dizer-se que o Directório do PRP era dominado pela posição adoptada por Bernardino Machado que defendia a transição para a República por via pacífica e, por conseguinte, legalista e eleitoralista. Mas esta corrente não correspondia à vontade das bases do partido que, cada vez mais, exigiam a mudança do regime, mesmo que para tanto fosse necessário um acto revolucionário. E as bases do PRP não eram, em 1908, tão poucas como se tem procurado fazer crer ao afirmar que a República se implantou em Portugal através do telégrafo. De facto, depois do regicídio e até Outubro de 1910, o republicanismo atravessou transversalmente a sociedade portuguesa, tornando-se no ideal político da pequena e média burguesia urbana de todos os centros e aglomerados populacionais onde havia alguma ilustração e instrução, já que temos de levar em conta que 75% dos Portugueses eram analfabetos e a grande maioria vivia exclusivamente da agricultura nas mais recônditas aldeias do país.

O esforço de propaganda que se desenvolveu entre 1908 e 1910 foi enorme e, demonstrativo do facto, realizaram-se três congressos do PRP, todos em Abril de cada um dos respectivos anos, primeiro em Coimbra, depois em Setúbal e o último no Porto¹². Deve dizer-se que, independentemente da evolução da propaganda republicana, em 1908, continuavam a existir duas correntes antagónicas dentro do PRP: uma que pretendia a mudança de regime pela via legal e eleitoralista e outra que claramente rejeitava esse processo e optava pela revolução armada. E isto era do conhecimento público. A prevalência, em 1908, ficou ainda, depois do congresso de Coimbra, nas mãos daqueles a quem poderíamos chamar moderados, mas, como mais à frente teremos oportunidade de ver, os meses que decorreram entre este último congresso e o de Setúbal foram de uma actividade febril na difusão da propaganda republicana e revolucionária, porque passou a actuar, em força, por todo o país, mas principalmente na cidade de Lisboa e do Porto, a Carbonária recrutando gente para as suas fileiras, a qual vinha animada de uma única ideia: pela revolução, derrubar a Monarquia. A articulação não institucional entre a Carbonária e o PRP ocorreu depois do regicídio e, julgamos nós, como consequência dele. O reinado de D. Manuel II foi o intervalo necessário para ampliar a base de apoio popular do PRP e estruturar a organização que articularia e colocaria em consonância o Partido Republicano, a Maçonaria, a Carbonária e as Forças Armadas, na linha revolucionária, entretanto aprovada dentro do PRP. Como mais à frente se verá, foi no congresso de Setúbal que, por um golpe concebido por Luz de Almeida, Grão-Mestre da Carbonária, se conseguiu a votação numa lista para o Directório do PRP adepta da acção revolucionária.

Nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados realizadas em 1910, apesar de todas as tramóias para evitar um excelente resultado dos republicanos, foram eleitos Afonso Costa, Alexandre Braga, Alfredo de Magalhães, António José de Almeida, António Luís Gomes, Bernardino Machado, Cândido dos Reis, João de Meneses, Miguel Bombarda e Teófilo Braga, todos por Lisboa e mais António Aurélio da Costa Ferreira, Brito Camacho, Feio Terenas e Francisco José Fernandes Costa. Podemos acrescentar aos nomes dos pedreiros-livres já antes identificados os de Carlos Cândido dos Reis, vice-almirante da Armada portuguesa, destacado republicano envolvido na revolta de 28 de Janeiro de 1908 e na revolução de Outubro de 1910, iniciado em 1909, na cidade de Lisboa, António Aurélio da Costa Ferreira, médico e pedagogo, iniciado em data desconhecida, mas que fez parte da

¹² HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Propaganda Republicana: 1870-1910*. Coimbra: Ediliber, 1990. Devem consultar-se, especialmente as páginas 65-79

Loja *Solidariedade* e Francisco José Fernandes Costa, bacharel em Direito e advogado, foi iniciado na Maçonaria em Coimbra, tendo sido, também, carbonário.

Como procurámos deixar evidenciado através da relação entre eleições para deputados e desenvolvimento da ideia republicana em Portugal, muitas das figuras mais destacadas do republicanismo e do PRP foram pedreiros-livres o que, em nosso entender, demonstra a ligação entre o vanguardismo da Maçonaria e a consciência política de mudança que a conjuntura nacional impunha, especialmente, no último quartel do século XIX e na primeira década do século XX. Quer dizer, em síntese, Maçonaria e republicanismo representaram, em Portugal, linhas de fractura com o passado ancilosado e tradicionalista. Mas não se conclua daqui que o republicanismo era uma doutrina política fechada e delimitada a um círculo de intelectuais que gostavam de discutir entre si alternativas políticas para Portugal. Realmente, em 1910, nas vésperas da proclamação do novo regime, eram republicanas 16 Câmaras Municipais — a edilidade de Lisboa era, então, por eleição, totalmente republicana — e, do conjunto de todas as Juntas de Paróquias 122 ou eram absolutamente republicanas ou tinham representantes republicanos¹³. O Partido Republicano tinha, por conseguinte, uma implantação nacional quando o regime era monárquico.

A Carbonária e a República

A Carbonária, como associação secreta, foi uma importação de Itália, da Itália revolucionária, da Itália anterior à unificação. Pouco se sabe, com certezas, da sua actividade, dado o carácter secreto e revolucionário. Mas sabe-se que existiam diferenças profundas entre a Carbonária e a Maçonaria. Elas distinguiam-se, fundamentalmente, pelos seus fins: a Maçonaria era, e é, uma associação especulativa virada para a discussão de temas passíveis de serem motivo de crítica, de qualquer índole, pela sociedade profana, mas que visava, e visa, o aperfeiçoamento dos seus membros, enquanto a Carbonária estava somente interessada na acção revolucionária para atingir um objectivo bem definido. Podendo, naturalmente, ter havido sobreposição de membros, a verdade é que ela foi excepcional, até porque a forma e os meios sociais de recrutamento eram muito diversos.

¹³ FERREIRA, David — Partido Republicano Português. In SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, V vol. Porto: Figueirinhas, 1985, p. 294-303.

O depoimento mais fidedigno que nos chegou sobre a Carbonária em Portugal deve-se a Luz de Almeida¹⁴ o qual pode ser complementado por outro sintético, mas não menos valiosos, de Borges Grainha¹⁵. O primeiro diz-nos que a Carbonária Portuguesa apareceu, na sua versão moderna, em Coimbra, no ano de 1895. Antes, começou por se formar a chamada, então, Maçonaria Académica, a qual constituía um batalhão académico devendo ser comandado por um oficial republicano. Nessa época, João Chagas era o homem de confiança da Junta Académica Revolucionária (nome profano da Maçonaria Académica¹⁶), que se havia formado para organizar as forças republicanas de estudantes dispostas a combater, de armas na mão, a Monarquia. A verdade é que, a breve trecho, a Maçonaria Académica teve os seus dias contados e extinguiu-se. Contudo, a semente ficou e acabou por se converter em Carbonária Portuguesa, que foi buscar, como se disse, inspiração à Carbonária Italiana, embora, Luz de Almeida pretenda justificar a nova associação secreta através de uma análise das associações da mesma índole existentes no passado, nomeadamente, o Sinédrio, criado no Porto, e que foi o motor da Revolução de 1820, e a Carbonária Lusitana, fundada em Coimbra a 29 de Maio de 1848 e extinta em 1850.

A Maçonaria Académica transformou-se em Carbonária Portuguesa quando se criaram vinte Choças¹⁷, tendo, cada uma, vinte membros. Mais tarde, as Chochas foram desdobradas em Barracas e em Canteiros, reduzindo-se sucessivamente o conhecimento dos respectivos chefes. Os membros da Carbonária chamavam-se uns aos outros por Primos¹⁸. A organização estava pensada para gerar um grande clima de secretismo. Logo desde início foi identificada como uma das necessidades primárias dos carbonários o exercício do tiro com armas de fogo, razão que levou os filiados a frequentarem as carreiras de tiro civil, então existentes em Portugal.

Foi durante a fase de reorganização da Maçonaria Académica em Carbonária Portuguesa e da articulação desta em Canteiros, Choças, Barracas, Vendas e que a Alta Venda¹⁹ —

¹⁴ ALMEIDA, Luz de — A obra revolucionária da propaganda: as sociedades secretas. In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. II, Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1932, p. 202-256.

¹⁵ Idem, *op. cit.* p. 135-143.

¹⁶ VENTURA, António — *A Carbonária em Portugal: 1897-1910*, 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. Trata-se de um estudo sintético, mas bem organizado, das várias correntes carbonárias portuguesas.

¹⁷ Célula da Carbonária organicamente equivalente à Loja na Maçonaria. Os chefes de cinco Canteiros formavam uma Choça e cinco chefes de Choça formavam uma Barraca e cinco Barracas davam lugar a uma Venda. Informação existente em VIVERO, Augusto e VILLA, António de la — *A Carbonária e a Revolução*. In AAVV — *Machado Santos, A Carbonária e a Revolução de Outubro*. Lisboa: Cooperativa Editora, 1980, p. 48.

¹⁸ Designação que os carbonários se atribuíam depois de iniciados.

¹⁹ PIMENTA, Costa (Org. e Prefácio) — *O Relato Secreto da Implantação da República Feito*

designação do órgão de cúpula da Carbonária — da qual fazia parte, já então, Luz de Almeida, propôs a possibilidade de se abrir a Carbonária à admissão de populares não a limitando só a estudantes. Gerou-se uma cisão que foi ultrapassada, vencendo a corrente que previa o alargamento da base de recrutamento dos carbonários especialmente à classe operária. Assim nasceram as Choças populares. Contudo, tinha-se o cuidado de estabelecer uma organização interclassista, pois havia gente de todos os estratos sociais, desde professores a soldados, passando por pequenos comerciantes ou operários.

Não há certezas quanto ao ritual de iniciação do novo carbonário, contudo, do que se sabe, admite-se que o acto era secreto e os intervenientes estavam devidamente mascarados para não serem reconhecidos e faziam-se juramentos de vingança contra os traidores, passando pela ameaça de morte e de perseguição. Exibiam-se punhais, machados e revólveres. Em todo o ritual sobressaía a vontade de derrubar revolucionariamente a Monarquia, pois declarava-se a verdadeira adesão à República.

Como já antes referimos, o regicídio foi o marco que determinou todo um conjunto de novas acções que visavam o derrube do regime monárquico. O mesmo também se verifica na Carbonária, pois, ainda que sem referências precisas a datas, Luz de Almeida, no seu amplo depoimento, deixa claro que o período entre 1908 e 1910 se tornou crucial para toda a acção de recrutamento e aperfeiçoamento daquela organização secreta.

Para além da Carbonária Portuguesa, da qual foi profundo animador, Luz de Almeida, existiu mais outra que António Ventura²⁰ identificou como sendo a Carbonária Lusitana²¹ a qual terá aparecido entre 1897 e 1899 e coexistido com a Loja maçónica *Obreiros do Futuro*²², de matiz anarquista que reunia operários revolucionários. À Loja e à Carbonária estava ligada a figura de Heliodoro Salgado, um revolucionário republicano, mas crítico do PRP e de outras organizações, sendo ele de pendor ideológico anarquista. É a este republicano que se deve associar o nascimento da renovada Carbonária Lusitana. Ela teria, eventualmente, uma só Choça não atingindo, por conseguinte, a expansão da Carbonária Portuguesa. Essa Choça terá ganho o nome visível de “Esperança no Futuro”. Há, por conseguinte, segundo António Ventura, uma ligação possível entre a Loja *Obreiros do Futuro* e a Carbonária Lusitana.

Pelos Maçons e Carbonários. Lisboa: Guerra & Paz, 2010, p. 77.

²⁰ *Op. cit.*

²¹ Não estabelecer confusão com a que teve o mesmo nome, mas foi fundada em Coimbra, como dissemos antes, no ano de 1848.

²² Desta Loja não nos dá conta Oliveira Marques no *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*.

A fusão entre as duas Carbonárias deve ter ocorrido por volta do final de 1907 ou início de 1908 e dela deu-nos conta Luz de Almeida, que afirma ter sido procurado por um representante da Carbonária Lusitana para se promover a junção de forças, já que ambas queriam o derrube da Monarquia.

Sobreviveu à fusão uma pequena facção de carbonários que assumiram, oficiosamente, a designação de “Carbonária dos Anarquistas” e que, no 5 de Outubro, colaborou com a Carbonária Portuguesa. Àquela terá cabido o papel de fabrico de bombas para utilização aquando do acto revolucionário de derrube da Monarquia. Pelo menos é isso que se depreende do depoimento de Luz de Almeida.

António Ventura é de opinião que as Lojas maçónicas, do Grande Oriente Lusitano Unido, *Obreiros do Futuro* e a *Montanha* tinham funções idênticas: reunir no seu seio o núcleo duro das Carbonárias existentes em Portugal. Trata-se de uma perspectiva da qual não estamos tão seguros, pois entendemos que as ligações seriam de carácter informal e resultantes da militância de alguns dos seus membros na Carbonária. Ora, este facto não estabelece, só por si, uma ligação formal e institucional. Quer-nos parecer, será ousado o raciocínio que conduz à afirmação de ser a Carbonária o “braço armado” da Maçonaria ou do PRP. De todos os testemunhos coevos que tivemos oportunidade de compulsar pode concluir-se ter havido uma intenção, aos altos níveis de controlo da Carbonária, de articular a acção desta com a do PRP e este com a Maçonaria. Quer dizer, a partir de 1908 (tanto quanto se pode inferir das afirmações dos responsáveis pela Carbonária) evitou-se a existência de actuações em sistema de roda livre. Isso resultou de uma necessidade, pois, ao nível popular, ao das camadas mais baixas da sociedade de Lisboa, tudo nos indica, havia um profundo desejo de levar por diante a revolução republicana podendo fazê-la cair numa situação semelhante à da tentativa de 31 de Janeiro de 1891. Julgamos que terá sido o receio do malogro que ditou certas cautelas de articulação, as quais, passada uma centena de anos, nos iludem e nos moldam uma aparência diferente daquela que realmente existiu, porque, admitimos, na altura, discutia-se, num plano meramente teórico, a necessidade de mudança de regime no seio da Maçonaria, captavam-se adeptos, nos meios mais populares de Portugal para fazer a revolução, através da Carbonária e difundia-se o ideal republicano, por intermédio de todos os meios, usando os órgãos próprios de propaganda do PRP. Eram esforços que se conjugavam para o mesmo fim, mas desarticulados entre si. A articulação foi-se estabelecendo, depois de 1908, especialmente em 1909, como iremos vendo mais à frente.

António José de Almeida e João Chagas foram, ao que tudo indica, dois dos republicanos que mais se empenharam na propaganda revolucionária no âmbito do PRP. Ficaram célebres os discursos de António José de Almeida por ser capaz de arrastar multidões, incendiando-as com a força do seu verbo.

Em 1904, depois de ter regressado de S. Tomé e de um estágio em França, António José de Almeida retomou a sua anterior fogaosidade pela propaganda republicana e foi já durante a ditadura de João Franco que falou com Luz de Almeida para este lhe mostrar a organização revolucionária que tinha montado. O organizador da Carbonária foi com o tribuno fazer uma larga ronda por diversas localidades da cidade de Lisboa onde se reuniram com os chefes carbonários exigindo-lhes o máximo sigilo. Os chefes que ouviram as palavras de incentivo de António José de Almeida representavam milhares de homens pertencentes à organização secreta. Este deverá ter sido o primeiro contacto formal entre representantes das três forças envolvidas na revolução de 5 de Outubro: PRP, Maçonaria e Carbonária. Pelo menos foi suficientemente importante para que Luz de Almeida o tivesse recordado muitos anos depois.

Na sequência do regicídio, tal como Luz de Almeida refere, ele “refundou” a Carbonária reorganizando os grupos de carbonários e revolucionários. Essa foi a condição que impôs ao Dr. António José de Almeida, tal como ele mesmo afirma. Ora, isso leva-nos a admitir que, por essa data, os entendimentos entre os dois eram grandes — logo, entendimentos entre o PRP e a Carbonária — e que, provavelmente, os carbonários não estivessem convenientemente enquadrados. Só isso justifica a atitude de Luz de Almeida. Por outro lado, ele mesmo nos informa que nessa época se deslocou ao Norte para aliciar e a iniciar novos adeptos, incluindo militares — sargentos — em Chaves. Foi por essa altura que iniciou, na Carbonária, Machado Santos e António Maria da Silva encaminhando-os rapidamente para os altos cargos que desempenharam com grande zelo. É interessante referir, embora pareça um pormenor de somenos, que a iniciativa da busca da Carbonária partiu de Machado Santos, pois foi ele quem procurou Luz de Almeida, tal como este afirma, todavia, foi António José de Almeida quem apresentou António Maria da Silva ao organizador e mentor da Carbonária. Deve esclarecer-se, para uma boa compreensão desta teia de relacionamentos, que Luz de Almeida foi o fundador da Loja *Montanha* no seio do Grande Oriente Lusitano Unido e que foi ele quem, em 1907, com dispensa de formalidades (ou seja, por comunicação), iniciou naquela Loja o Dr. António José de Almeida. Temos, assim, que um dos grandes pilares da propaganda republicana — António José de Almeida — só já foi tardiamente maçã e só já tardiamente se relacionou,

no âmbito do secretismo, com Luz de Almeida, que há muito controlava uma parte — a mais importante, mas, talvez a não mais aguerrida — da Carbonária.

Na reorganização, que se seguiu ao regicídio, cabe a Malva do Vale, bacharel em medicina, pedreiro-livre só em 1910, o grande trabalho de recrutamento de carbonários em Coimbra, erguendo, naquela importante cidade estudantil, várias Choças. Quer dizer, mais uma vez se percebe que o verdadeiro esforço revolucionário, que conduziria inevitavelmente à República, só começou de modo articulado e coerente, no início de 1908, na sequência da liquidação de D. Carlos. Isto leva-nos a concluir que o regime entrou em verdadeira agonia no reinado de D. Manuel II. A revolução foi uma consequência da morte do monarca e do desaparecimento político de João Franco, provando-se a fragilidade que tinham atingido as instituições, as quais, como epílogo, careceram de uma ditadura férrea para se sustentarem. Lateralmente, e como mera especulação, pode explicar-se o regicídio como um acto isolado de uma célula carbonária desenquadrada do controlo global e perfeitamente alheio ao PRP e à Maçonaria, pois, como temos vindo a procurar demonstrar, só em seguida à morte de D. Carlos é que se iniciam trabalhos de articulação de esforços revolucionários, embora algumas *peças* deste quebra-cabeças já estivessem *encaixadas* nas posições determinantes que contribuíram para o derrube da Monarquia.

Um dos acontecimentos que demonstram a vontade de se caminhar para a revolução popular e militar ocorreu em 1909, no congresso do PRP, em Setúbal, dando ensejo a que a Carbonária se impusesse dentro do Partido, através da eleição do Directório, pois Luz de Almeida preparou uma lista, na véspera do dia da eleição, como se tivesse sido uma imposição da Alta Venda, utilizando papel timbrado da mesma, nela incluindo o nome de um carbonário, a qual, inevitavelmente, tinha de ser votada pelos congressistas presentes, a maioria também carbonários. Isto deu oportunidade a que o novo Directório fosse de tendência revolucionária em vez de adepto da solução eleitoral. Dele foi excluído o Dr. Bernardino Machado, simpatizante incondicional da solução eleitoralista e legalista, sendo composto por Eusébio Leão (médico, livre-pensador iniciado em 1893) Inocêncio Camacho (professor) e Malva do Vale (médico e carbonário)²³.

Este congresso foi, também, de uma importância excepcional, porque dele saíram dois comités revolucionários: um civil e outro militar. Consumaram-se, deste modo, os passos fundamentais para o derrube da Monarquia. Era, agora, necessário passar à acção de

²³ FERRÃO, Carlos (Prefácio e notas) — *Relatórios sobre a revolução de 5 de Outubro*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1978, p. 12.

recrutamento de todos os que viriam a dar corpo à revolução. E Luz de Almeida, em data que não conseguimos precisar, mas que, todavia, se situa talvez cerca de um ano ou uns meses antes de 5 de Outubro de 1910, exilou-se, por estar a ser perseguido pela polícia, garantindo que a Carbonária tinha, nessa altura, 34 000 agremiados, tendo chegado aos 40 000 à data da proclamação da República. Muitos destes elementos eram militares.

A Carbonária e os militares

Da documentação impressa — manuscrita não encontramos — consultada por nós não consta nenhuma relação dos militares pertencentes à Carbonária. Assim, não vamos fazer um inventário exaustivo daqueles que nos foi possível identificar, contudo, vamos tentar perceber, através de várias formas de aproximação, o relacionamento daquela sociedade secreta e revolucionária com o meio castrense. Vão continuar a servir-nos de esteios alguns depoimentos coevos e os de Luz de Almeida e, principalmente, os de Machado Santos.

Já vimos que Luz de Almeida, em 1908, “refundou” a Carbonária, dando-se ao trabalho de se deslocar ao Norte para fazer novos recrutamentos e, entre eles, aliciar sargentos em Chaves e elevado número de outros da 4.^a Divisão (Évora). Por aqui se começa a perceber que a doutrinação e o objectivo era captar para a Carbonária elementos pertencentes aos baixos escalões hierárquicos militares (teremos de recordar que nesta época o Exército era tendencialmente formado por praças conscritas e profissionais, sendo que os sargentos eram considerados praças de pré sujeitas, por conseguinte, a um regime de contrato prolongado, tal como os cabos e, até, os soldados que pretendessem permanecer nas fileiras) com vista a garantir a operacionalidade da organização quando chegasse o momento de actuar. Tal facto não invalida que tenha havido recrutamento de oficiais para a Carbonária, simplesmente o seu número era reduzido e, julgamos, visava o enquadramento possível das praças de pré e, acima de tudo, a elaboração de planos de acção revolucionária ou abertura de facilidades para o assalto aos quartéis, quando soasse a hora da Carbonária passar à acção. Temos, por conseguinte, que os oficiais eram *descartáveis* e, por isso, do ponto de vista da Carbonária, não essenciais. Eventualmente, um ou outro, servia de contacto com as praças, mas não seria a regra; esse papel cabia aos *apóstolos* revolucionários daquela associação secreta.

Por cruzamento de informação, sabemos que Machado Santos foi contactado para se tornar num membro activo da revolução pelo capitão-tenente Serêjo, ele mesmo já carbonário, após o seu regresso da Guiné, em 1908 ou 1909, havendo sido iniciado por Luz de

Almeida, em data incerta, num prédio da rua do Benfornoso, em Lisboa. Afirma que já conhecia o Grão-Mestre da Carbonária desde 1907 e que sob a sua orientação já tinha feito doutrinação revolucionária junto dos marinheiros nessa altura.²⁴ No dia seguinte à sua iniciação foi apresentado ao engenheiro António Maria da Silva, representante da Venda Jovem de Portugal e, passados poucos dias, foi eleito para fazer parte da Alta Venda, ou seja, do Poder Executivo da Carbonária.

Julgamos que o caso de Machado Santos é, a par do de Luz de Almeida e Malva do Vale, paradigmático, porque se trata de um carbonário de elevado proselitismo revolucionário, por um lado, e, por outro, de um exemplo de abordagem da Carbonária. Tentemos ir um pouco mais longe.

Machado Santos, sendo oficial de Marinha, era, de facto, um comissário naval, ou seja, um oficial de Administração Naval. Na época, quando estavam muito bem marcadas as origens sociais e profissionais, até mesmo dentro das Forças Armadas — na altura compostas somente pela Armada e pelo Exército — os oficiais distinguiam-se entre *combatentes* e *não combatentes* o que, só por si, era um opróbrio em relação a estes últimos (Machado Santos conta que, para entrar na revolução, e dar mais imponência militar ao seu simples aspecto de comissário naval, se fardou de grande gala, com dragonas nos ombros... isto é, em si mesmo, sintomático da psicologia castrense e da estratificação existente na época e, em boa verdade, com alguns laivos ainda agora). Ora, todo o trabalho de contactos com os baixos escalões da hierarquia militar, para ser bem feito, tinha de ser levado a cabo por quem, no meio castrense, se situasse entre a elite *combatente* e os meros executantes de ordens: um comissário naval era a figura ideal para esse papel. Assim se começa a compreender que, sendo a República fruto da acção continuada de soldados, marinheiros, sargentos e civis carbonários, o chefe deste núcleo *popular* tenha sido um comissário naval. Tudo o mais que aconteceu e todos os restantes personagens republicanos envolvidos no acto revolucionário de 4 e 5 de Outubro de 1910 foram *laterais* aos feitos do Parque Eduardo VII, onde se bateu Machado Santos com os “seus” carbonários, sargentos e praças do Exército.

Ainda na mesma linha da cooptação de Machado Santos, refere Luz de Almeida a de um tenente-coronel de Administração Militar que, em data incerta, mas posterior a 1908, havia ficado encarregado de comandar os civis de Xabregas e tomar de assalto o arsenal do Exército (actuais instalações do Museu Militar e do Estado-Maior do Exército, em Santa

²⁴ SANTOS, Machado — *A Revolução Portuguesa 1907-1910*, Lisboa: Sextante Editora, 2007. Fonte fundamental para o conhecimento dos antecedentes e da revolução de 5 de Outubro de 1910.

Apolónia). Mas nem só oficiais *não combatentes* se recrutaram para a Carbonária. Realmente, Machado Santos diz ter iniciado, em 1908, o vice-almirante Cândido dos Reis que, de imediato, passou a exercer as funções de inspector. Também foi iniciado, talvez por Luz de Almeida, o tenente da Armada José Carlos da Maia (iniciado na Maçonaria em 1907) — o qual, segundo Machado Santos, terá sido um activo propagandista da Carbonária e, consequentemente, da revolução junto da marinhagem — e o capitão do Exército Jaime de Figueiredo e, por indicação do Grão-Mestre, temos a certeza que foram carbonários, também, o, então, capitão Tomás de Sousa Rosa e a Choça de Viana do Castelo era dirigida pelo capitão de Artilharia Pires. Temos dúvidas sobre se o capitão José Afonso Pala (iniciado na Maçonaria em 1904) era carbonário, mas era-o, pela certa, o capitão de Cavalaria n.º 4, Carvalho.

Compulsando outras fontes, não tão fidedignas como as anteriores, foi-nos possível averiguar que, próximo do Verão de 1910, o almirante Cândido dos Reis (não esquecer que era, na época, já inspector da Carbonária) foi, segundo João Chagas, fazer uma visita pela província para avaliar do estado das forças revolucionárias e acompanhado de «um oficial de Caçadores Pires Pereira»²⁵. Este, quase de certeza era outro elemento carbonário que vem a ser, como veremos, mencionado por Machado Santos no seu relatório preliminar da revolução. Carbonários eram, também o capitão Carvalhal Henriques e o alferes Gomes da Silva²⁶.

Sabemos que no Algarve, em Faro, os tenentes Stokler e Cerqueira fundaram Choças; em Santarém, o capitão de Artilharia Figueiredo era carbonário e ajudou a difundir o ideal revolucionário naquela cidade²⁷.

Para além dos que abaixo vamos mencionar, não temos, pelo menos nesta fase da investigação, mais certezas quanto ao envolvimento de outros oficiais do Exército ou da Armada com a Carbonária. Houve os que sabiam da sua existência e com ela colaboraram ou aceitaram colaboração, mas testemunhos garantidos da sua iniciação não os possuímos. Num outro escalão de relacionamento poderemos citar mais nomes de graduados militares que foram carbonários, sem serem praças de pré: os estudantes militares. Efectivamente, nesta época distante havia a figura do militar já graduado num determinado posto — oficial, cadete ou sargento — que era estudante. Era o caso dos alunos da Escola

²⁵ NEVES, Hermano — *Como Triunfou a República: Subsídios para a história da revolução de 4 de Outubro de 1910*. 2.ª ed. Lisboa: Terra Livre, 2010, p. 80.

²⁶ Idem, *op. cit.* p. 92.

²⁷ VIVERO, Augusto e Villa, António de la — *op. cit.* p. 50.

Politécnica, da Escola do Exército e dos que frequentavam o Instituto Industrial. Estes últimos estavam, normalmente, graduados em sargentos. Luz de Almeida dá-nos indicações várias: quem se encarregou, em 1909, de recrutar alunos da Escola do Exército para a revolução e para a Carbonária foi Machado Santos; o comissário naval, no ano lectivo de 1909/1910 desentendeu-se com os alunos daquela Escola por razões de «mecânica revolucionária» (presumimos que sob esta fórmula vaga estará a dificuldade de aceitar a liderança de um oficial da Armada e, ainda por cima, *não combatente*); por causa disso, continua a dizer-nos Luz Almeida que o Dr. António José de Almeida decidiu que «a organização revolucionária dos estudantes militares» se separasse da Carbonária, ficando chefiada por António Pinto Teixeira (que não custa que fosse oficial do Exército) e dirigida superiormente por Cândido dos Reis, João Chagas e coronel Encarnação Ribeiro (p. 247) A este propósito foi dito, na sequência da revolução de Outubro de 1910, que os cadetes da Escola do Exército estariam em ligação com a Alta Venda através do tenente de Cavalaria José Ricardo Cabral²⁸. Também, a propósito da ligação aos alunos da Escola Politécnica nos aparece o nome do tenente David Ferreira²⁹. Surge-nos, também, o nome de Pinto de Lima, como aquele que maior propaganda fez junto dos cadetes da Escola do Exército³⁰. Da última decisão de António José de Almeida, percebe-se que no ano de 1910 já se verificava uma boa articulação institucional entre o PRP e a Carbonária, pois, se assim não fosse, a decisão não caberia àquele tribuno. Curiosamente, todo o esforço de aliciamento de estudantes militares não chegou a ser aproveitado em pleno, aquando da revolução de 5 de Outubro, porque a grande maioria ainda se encontrava de férias escolares fora de Lisboa. Houve, todavia, um pequeno núcleo de alunos da Escola do Exército que participou nas operações militares, montando um serviço de ligação entre unidades revolucionárias. Desse núcleo destacaram-se Humberto de Ataíde, Ribeiro Gomes, Beirão, Viriato de Lacerda, César Almeida, Farinha Pereira, Ismael Mário Jorge, Romualdo Tavares, Marreca Ferreira. Nada nos garante que fossem carbonários. A acção de aliciamento para a Carbonária, junto das escolas militares, não se ficou só por as que já mencionámos. Com efeito sabe-se, com segurança, que ela se estendeu às escolas militares de Mafra, Torres Novas e Tancos, no ano de 1910. Quer dizer, estava minada pela propaganda republicana e revolucionária a estrutura fundamental do Exército. Isto dá-nos um panorama bem diferente daquele a que estávamos habituados a pensar sobre o que

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ NEVES, Hermano — *op. cit.* p. 66.

foi a revolução de Outubro de 1910, em Portugal. Aliás, recuando aos escritos da época, percebemos esta mesma realidade esquecida por causa do impacto da vitória do Parque Eduardo VII. O jornalista (e médico formado na Escola Médica de Berlim, livre-pensador, iniciado em 1910) Hermano Neves diz-nos que no tempo do Governo de João Franco «conspirava-se em toda a parte, quase sem precauções, e ninguém, absolutamente ninguém ignorou que a revolução se preparava para vir para a rua»³¹.

Pouco antes da partida para o exílio, Luz de Almeida tinha a certeza de que se fazia propaganda revolucionária e se aliciavam militares de diversas graduações nos Regimentos de Infantaria n.º 1, de Lanceiros e de Cavalaria n.º 4. Havia comités revolucionários de sargentos cabos e soldados no Regimento de Artilharia n.º 1 e existiam carbonários no Regimento de Caçadores n.º 5. Aliciaram-se sargentos da Bateria de Artilharia de Queluz e do Regimento de Caçadores n.º 2. A guarnição de Lisboa estava comprometida ou fazendo parte da Carbonária ou aderindo à propaganda revolucionária. Este panorama, talvez menos intenso, registava-se um pouco por todas as unidades militares do país, porque, a dado passo, os comandos monárquicos, para desmotivar a revolução, começaram a fazer rotações constantes de praças e de graduados entre aquartelamentos dentro do continente. Ora, esta medida, para além de agravar o mal-estar entre os militares, serviu para difundir o ideal republicano pelas guarnições da província.

Ao mesmo tempo que a iniciação na Carbonária se fazia entre os postos mais baixos da hierarquia militar do Exército e se difundia a propaganda revolucionária, aliciavam-se, também, praças e sargentos da Guarda Fiscal que tinha a seu cargo o controlo das entradas e saídas da cidade de Lisboa ao longo de todo o perímetro urbano. Este facto foi de grande utilidade quando se preparava a revolução, pois possibilitou a passagem nas alfândegas de armamento comprado para armar os revolucionários civis.

Todo o trabalho de iniciação e propaganda só foi possível, como nos conta Machado Santos, graças a uma resolução da Alta Venda a qual determinava que cada carbonário se fizesse amigo de uma praça do Exército, de qualquer Arma ou Serviço, para o instruir na causa republicana e no empenho na revolução.

Este esforço de propaganda e iniciação na Carbonária junto dos militares foi feito, segundo Machado Santos, a partir do final do ano de 1908 e início do ano de 1909, embora, por essa altura na província já existisse uma excelente rede de carbonários que tendia a aumentar, espalhando os seus braços tentaculares a todo o território. Também este pormenor, pouco

³¹ Idem, *op. cit.* p. 24.

exaltado pelos historiadores do passado, demonstra que a revolução republicana ao fazer-se *por telégrafo*, após a proclamação, em Lisboa, do novo regime, na manhã de 5 de Outubro de 1910, foi um pró-forma pois, afinal, a província estava consciente da necessidade de mudança graças à acção revolucionária da Carbonária; na província não se vivia na ignorância da situação política do país, como se pretendeu fazer crer. Os carbonários tinham divulgado bem a mensagem republicana junto de todos aqueles que seriam capazes de a compreender. Muitos dos que foram apelidados de *adesivos* no pós-República já eram republicanos antes da alteração do regime. Isto di-lo, com a autoridade que se lhe tem de reconhecer, por estar muito bem informado, Machado Santos.

Na tentativa de procurar identificar mais militares graduados que tenham pertencido à Carbonária, resta-nos mencionar, sem certezas, aqueles que Machado Santos refere no seu primeiro relatório para o Governo Provisório da República, datado de 4 de Outubro de 1910, por os achar dignos de serem recompensados pelo novo regime³². São eles: tenente de Caçadores n.º 6, António Pires Pereira Júnior (já antes identificado); alferes de Artilharia n.º 1, Alberto Camacho Brandão; tenente de Infantaria de reserva, Fernando Mauro de Assunção; alferes de Artilharia de reserva, Carlos Ludgero Antunes Cabrita (refere que foi seu ajudante de ordens e que aliciou alunos da Escola do Exército, facto que nos permite julgá-lo membro da Carbonária); tenente picador, António Celestino de Sousa Correia; aspirante de Infantaria 16, José Fernandes Soares; tenente de Caçadores 6, António Pires Pereira; alferes de Administração Militar, Francisco Gonçalves Velhinho Correia; aspirantes de Administração Militar, Fernando Vítor Valente Valadas Vieira, Anacleto Rebelo Marques e José Fernandes Duarte; aspirante de Marinha, Adolfo Trindade. Excluímos desta relação de oficiais três que são por Machado Santos mencionados «pelos bons serviços prestados no Acampamento depois de proclamada a República». Referiremos, de seguida, os nomes dos alunos da Escola do Exército mencionados por Machado Santos: João Ribeiro Gomes, Humberto de Ataíde Ramos e Oliveira, João de Meneses Ferreira, Manuel Fernandes Beirão, Abel M. Sanzhuniga, Viriato Correia de Lacerda, Ernesto Cardoso Cabral de Quadros, António Alberto Furtado Montanha, António José Pereira Saldanha, António José Soares Durão, Inácio Monteiro de Azevedo, João Sarmiento Pimentel, Remualdo Augusto Esteves Tavares, Filipe Augusto de Sousa Tribolet, António de Sousa Coelho e Francisco da Cunha Aragão. Ligado a estes

³² AAVV — *Relatórios Sobre a Revolução de 5 de Outubro*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1978, p. 47-53.

está o nome do 2.º sargento-cadete de Infantaria 17, João Gregório Cansado Conde, que era, pela certa, aluno de um estabelecimento de ensino preparatório para a carreira castrense. Continuamos a afirmar que sobre a possibilidade de todos estes alunos militares serem carbonários nada sabemos, contudo, restam-nos poucas dúvidas quanto ao facto de terem sido aliciados para a revolução por carbonários. Realmente, seria, do ponto de vista histórico, interessante poder distinguir entre o que foi a propaganda republicana dirigida para a adesão ao ideário do PRP e a propaganda revolucionária orientada para a execução do acto que conduziu à queda da Monarquia, porque, podendo confundir-se — e confundindo-se na prática — os objectivos eram diferentes. Essa a razão pela qual muitos trabalhadores, mais orientados para ideologias socialistas ou anarquistas, deram o seu contributo para a revolução de Outubro. É que, no fundo, a Carbonária terá funcionado como uma *frente* onde se juntavam todos quantos desejavam o derrube da Monarquia, comungando ou não do ideário republicano preconizado pelo PRP.

Convirá, agora, passar à análise dos nomes dos sargentos propostos por Machado Santos para serem recompensados pelo contributo que deram para a implantação da República. E sobre estes serem ou não carbonários já não temos muitas dúvidas, pois julgamos que se o não eram todos poucos faltariam. Não nos chegou qualquer informação documental que possa servir de apoio à nossa convicção, mas pelo tipo de abordagem que Machado Santos descreve para proceder ao aliciamento das praças da Armada e do Exército e pelo conhecimento que se tem da existência de comités militares revolucionários nas diferentes unidades, somos levados a crer que a organização carbonária, embora com características diferentes quanto à iniciação, ter-se-á implantado nos quartéis, seguindo estruturas hierárquicas que não feriam a hierarquia militar. Assim, deste modo, justifica-se a inquebrantável fidelidade a Machado Santos do núcleo de sargentos que de seguida vamos indicar e sobre o qual se construiu a resistência republicana no Parque Eduardo VII, já que o mesmo não aconteceu com os oficiais republicanos, livres-pensadores ou não, provavelmente comprometidos com o PRP, que abandonaram o comissário naval à sua sorte quando julgaram perdida a revolução. Passemos aos nomes: do Regimento de Artilharia n.º 1, sargento-ajudante, Artur Celestino Sangreman Henriques; 1.ºs sargentos, José Soares da Encarnação e Ernesto José dos Santos; 2.ºs sargentos, Francisco Alexandre Lobo Pimentel; Francisco Garcia Tereno; Laurino Vieira; Firmino da Silva Rego; Matias dos Santos; Ernesto Joaquim Feio; e Manuel da Conceição Silva; 1.ºs sargentos, Camilo Augusto Gonzaga Pinto; Joaquim dos Santos; Joaquim Simões; e Sebastião Augusto

Pimenta; 2.^{os} sargentos, António Maria das Graças; Augusto Guerreiro de Amorim Pires; Carlos Marques Alexandre; António Pereira Machado; Artur do Rego; e António da Silva Pinto; 2.º sargento de Infantaria n.º 16, José Marcelino (deslocou-se, com a força sob o seu comando, do Palácio das Cortes, onde estava de guarda, para se apresentar no Parque Eduardo VII); 2.º sargento de Infantaria n.º 15, Eduardo Frederico Valdez Faria; 2.º sargento de Engenharia, Manuel de Oliveira; e 1.º sargento reformado, Joaquim Carrilho. Foi este o núcleo de graduados que enquadrrou cerca de quinhentos soldados e quinhentos civis que estiveram concentrados nos terrenos do Parque Eduardo VII desde a madrugada de dia 4 de Outubro até ao final do dia 5.

Houve mais militares envolvidos na proclamação da República, até porque, ao contrário do que tem sido muito divulgado, as operações não se desenrolaram só no alto da avenida da Liberdade. Elas tiveram outras duas frentes: a primeira a partir da linha do Tejo, constituída pelos navios revoltosos, prolongando-se, por um lado, até Alcântara, sede do quartel de marinheiros e, por outro, até ao Arsenal de Marinha; a segunda, todas as ruas de Lisboa onde actuavam grupos de carbonários que ou serviam de informadores do Parque Eduardo VII ou, com bombas artesanais, impediam o avanço da Guarda Municipal e das forças do Exército fiéis à Monarquia³³. Em todas as circunstâncias, a Carbonária desempenhou papel importante, pondo, efectivamente, a população civil na rua e tornando a revolução republicana popular.

Depois desta breve exploração das ligações da Carbonária aos militares — que não pode ir mais longe, porque, no estado actual da investigação, não há mais elementos seguros para acrescentar — resta-nos colocar uma questão meramente retórica: — Na revolução de 5 de Outubro foi a Carbonária que auxiliou as Forças Armadas ou o contrário?

Tentaremos dar resposta, de imediato.

O 5 de Outubro como revolução popular

Decorrente de tudo o que foi exposto antes, parece-nos oportuno tentar fazer a ligação entre a Maçonaria, a Carbonária, as Forças Armadas e a República para podermos concluir, com outros argumentos, sobre o tipo de revolução que teve início em Lisboa na madrugada de 4 de Outubro.

³³ ROSAS, Fernando — *Lisboa Revolucionária: 1908-1975*. Lisboa: Tinta-da-china, 2010, p. 57-60.

José Medeiros Ferreira³⁴, apoiando-se em opiniões diversas, nem sempre as mais rigorosas segundo o nosso ponto de vista, conclui que as Forças Armadas, no trânsito da Monarquia para a República, não tiveram papel de relevo, deixando-se ficar inertes e aderindo, logo de seguida, ao novo regime. Quer dizer, as Forças Armadas, na sua opinião, não tiveram um papel activo pró-republicano. Ora, em nossa opinião esta ideia é discutível face à análise que, até agora, levámos a cabo.

Na verdade, não foram as Forças Armadas, através dos seus oficiais, com um chefe militar à frente de um plano, que assumiram o Poder no dia 5 de Outubro de 1910. O que aconteceu foi que um plano de tomada do Poder com origem difusa entre o Directório do PRP, mais concretamente no Comité Revolucionário, a Maçonaria e a Carbonária foi executado e levado à prática por militares e civis na madrugada de 4 de Outubro de 1910. Dizer que «A implantação da República foi bem obra de civis organizados à volta da Carbonária (...)»³⁵ é, quanto a nós, uma forma enviesada de compreender tudo o que antes relatámos e deixámos escrito. Mais, admitir, como o fez Vasco Pulido Valente³⁶, que, por só terem tomado parte activa na revolução cinco oficiais e uma série de sargentos e muitas praças e marinheiros, se pode afirmar que o papel das Forças Armadas se diluiu na vertente popular da implantação da República é, segundo o nosso ponto de vista, ter uma compreensão elitista da função política do Exército e da Marinha: o envolvimento das Forças Armadas na revolução não ficou minguido por nela só terem estado poucos oficiais.

Realmente, na revolução de Outubro de 1910, em Lisboa, o que se verificou foi uma intrusão política de vários actores por nós já antes identificados. Actores que esbateram os contornos que, normalmente, lhes definem papéis sociais e políticos distintos. Por um lado e como norma, um partido político não faz revoluções: peleja no plano da propaganda, usando, como campo de batalha, os actos eleitorais e, nas situações democráticas, o parlamento; por outro, uma associação revolucionária e secreta, como regra, não se coliga com um partido político: busca a acção isoladamente com as suas próprias forças; por outro, ainda, uma associação cujo fim é o da criação de um espaço de livre discussão de ideias não se compromete com um partido político e, menos ainda, com uma associação revolucionária; por fim, os militares, elementos das Forças Armadas, não se envolvem, por

³⁴ FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Estampa, 1992, p. 29-41.

³⁵ Idem, *op. cit.* p. 39.

³⁶ VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, p. 109-113.

princípio, com partidos políticos e com associações revolucionárias: o seu papel é o de estarem disponíveis para a defesa da soberania da Nação e do Estado. Contudo, sobreleva um aspecto que é importante referir: em Portugal — e, julgamos, um pouco por todo o mundo — as revoluções fazem-se sempre com a presença das Forças Armadas, envolvendo-as mais ou menos. Elas são uma espécie de elemento catalisador para que se possa efectuar a mudança brusca. E são-no, porque lhes pertence, enquanto instituição e organização, a gestão da máxima violência que o Estado mantém e comanda.

O que deu um carácter original à revolução de Outubro de 1910 foi a estruturação da mesma a partir da propaganda revolucionária junto dos escalões mais baixos das Forças Armadas, em especial, junto dos soldados e dos marinheiros — deve ressaltar-se que estes últimos tiveram um papel de motor para que o acto revoltoso acontecesse na data em que, efectivamente, ocorreu. Já ia avançado o aliciamento revolucionário juntos dos sargentos, soldados e marinheiros e ainda se procurava uma figura militar, que não fosse o almirante Cândido dos Reis, para dar o rosto pela revolução. Quer dizer, a revolução de 5 de Outubro não foi mais do que o reflexo da própria República: a manifestação dos grupos sociais pertencentes aos mais baixos estratos da estrutura populacional. Tratava-se, por conseguinte, de dar voz ao povo miúdo e à pequena e média burguesia. A representatividade e empenhamento militar na revolução correspondeu, numericamente, àquilo que a propaganda republicana fizera acreditar que iria ser a República: um regime político eminentemente popular. É nesta perspectiva, julgamos nós, que se pode dizer que a revolução republicana foi popular. Foi popular, porque as elites dirigentes do PRP e da Maçonaria — instituições onde o projecto republicano ganhou os primeiros contornos como realidade palpável — desejavam aproximar-se do Povo para o fazer sair do obscurantismo cultural para onde séculos de analfabetismo e de clericalismo o haviam empurrado. Para isso serviram-se da Carbonária que plasmou a voz da revolta popular espalhando-se horizontalmente à instituição militar a qual, pelo ânimo dos soldados e marinheiros, desempenhou o papel catalisador que lhe cabe no êxito de todas as revoluções. Afinal, foram as espingardas dos quartéis que armaram os civis que resistiram no Parque Eduardo VII e, com o apoio das bombas de fabrico artesanal, travaram a fraca e desorganizada resistência da facção monárquica das Forças Armadas e da Guarda Municipal.

Conclusão

A Monarquia caiu em Portugal na manhã de 5 de Outubro de 1910 em consequência de uma revolução cujo comando superior foi difuso, pois para ele contribuíram várias forças que entre si conjugaram esforços. Esta afirmação ganha coerência exactamente no facto de a estrutura superior do acto revolucionário o ter considerado perdido poucas horas depois de iniciado. Os representantes do PRP, sediados no edifício dos banhos de S. Paulo, que supostamente dirigiam a acção, na verdade, não a comandavam.

Os oficiais revoltosos que tinham ligação directa ao PRP e à Maçonaria, durante a madrugada de dia 4 de Outubro, face à notícia da morte do almirante Cândido dos Reis, suposto chefe militar da revolta, considerando-a perdida, abandonaram o precário reduto do Parque Eduardo VII.

Quem ficou em campo? Os marujos, no Quartel da Marinha, em Alcântara, e nos navios surtos no Tejo e Machado Santos, mero comissário naval, carbonário, que tinha sobre todos a vantagem de conhecer as forças civis e militares com que a revolução podia contar. Assim, em última análise, a República deve-se à Carbonária que havia aliciado os seus membros entre os mais baixos estratos da população e os escalões menos graduados das Forças Armadas.

Ao elaborarmos este trabalho tivemos como objectivo reflectir sobre o contexto em que se preparou a revolução de Outubro de 1910, analisando os esteios que a apoiaram, as ligações que entre si criaram e a relação que se estabeleceu entre a Carbonária, enquanto uma força civil revolucionária, e os militares.

Para podermos cumprir o objectivo antes indicado começámos por analisar o papel de João Franco na aceleração revolucionária e, entre outras, chegámos à conclusão de que a ligação do chefe do Governo ao monarca tinha empurrado o país para uma ditadura difícil de ser popularmente suportada, acabando por gerar o clima propício ao regicídio. Daí, na linha de Miguel de Unamuno, termos concluído que a morte do rei mais não tinha sido do que um suicídio, uma vez que estavam criadas as condições para que se registasse o atentado que vitimou D. Carlos e o príncipe real D. Luís Filipe.

Depois fizemos uma breve incursão pela Maçonaria como centro conspirativo e tivemos oportunidade de esclarecer o papel cultural e político daquela associação, demonstrando que, afinal, foram os republicanos que para lá levaram a discussão do seu ideário tal como muitos outros temas foram discutidos no seio maçónico. Contudo o diálogo republicano que se deve ter travado na Maçonaria não tinha intuítos propagandísticos e revolucionários, pelo menos até muito tarde, pois só já em 1910 é que são detectáveis relacionamentos articulatórios entre Lojas maçónicas com o PRP e a Carbonária.

Em seguida, passámos a debruçarmo-nos sobre a acção do PRP, especialmente na fase que antecedeu a proclamação da República, tentando perceber-lhe a evolução, ao mesmo tempo que procurámos estabelecer as relações possíveis entre o partido e a Maçonaria para se compreender a intrusão que se foi tecendo através da simples participação de elementos comuns em ambas as organizações. Perceber, acima de tudo, que o PRP beneficiou do facto de muitos dos seus representantes terem sido livres-pensadores que transportaram para o seio do partido a democraticidade que praticavam na Maçonaria. Julgamos ter sido capazes de mostrar que o reinado de D. Manuel II foi o intervalo necessário para ampliar a base de apoio popular do PRP e estruturar a organização que articularia e colocaria em consonância o Partido Republicano, a Maçonaria, a Carbonária e as Forças Armadas, na linha revolucionária, entretanto aprovada dentro do PRP.

Depois, ocupámo-nos da Carbonária e, de maneira sintética, das mutações que sofreu ao longo dos tempos até chegar ao ano de 1908, quando, em seguida ao regicídio, foi reestruturada, passando a ser o centro de recrutamento da massa de revolucionários republicanos que viria a dar corpo popular à revolta contra a Monarquia. Não era o “braço armado” da Maçonaria ou do PRP, mas houve a intenção, aos altos níveis de controlo da Carbonária, de articular a acção desta com a do PRP e este com a Maçonaria de modo a evitar actos espontâneos de loucura revolucionária. Do estudo que fizemos, concluímos que o verdadeiro esforço revolucionário, que conduziria inevitavelmente à República, só começou de modo articulado e coerente, no início de 1908, na sequência da liquidação física de D. Carlos e que a revolução foi uma consequência da morte do monarca e do desaparecimento político de João Franco.

Após a breve análise do que foi e de como se organizou a Carbonária passámos ao estudo da relação desta com as Forças Armadas e procurámos identificar os nomes de militares graduados que possam ter sido carbonários. Ao mesmo tempo, deixámos bem patente que a intenção dos responsáveis por aquela associação secreta e revolucionária era captar para o seu seio elementos pertencentes aos mais baixos escalões hierárquicos militares. Por outro lado, pelo estudo da dispersão da propaganda carbonária, foi-nos possível concluir que chegou, também, à província a ideia revolucionária por via do proselitismo dos membros daquela associação. Para isso terá contribuído a mobilidade imposta aos militares pela Monarquia para impedir a revolução em Lisboa. Embora sem apoio em elementos documentais, concluímos que a Carbonária nos quartéis militares terá seguido estruturas hierárquicas que não feriam a hierarquia militar.

Por fim, preocupámo-nos em contribuir para um novo entendimento da revolução de 5 de Outubro de 1910 e concluímos que o envolvimento das Forças Armadas na revolução não ficou minguado por nela só terem estado poucos oficiais, porque as revoluções fazem-se sempre com a presença delas, envolvendo-as mais ou menos. As Forças Armadas são uma espécie de elemento catalisador para que se possa efectuar a mudança brusca. E são-no, porque lhes pertence, enquanto instituição e organização, a gestão da máxima violência que o Estado mantém e comanda. Assim, quanto a nós, o tipo de envolvimento das Forças Armadas na revolução não foi mais do que o reflexo da própria República: a manifestação dos grupos sociais pertencentes aos mais baixos estratos da estrutura populacional. Tratava-se, por conseguinte, de dar voz ao povo miúdo e à pequena e média burguesia. Podemos dizer, para concluir esta digressão pelos últimos anos da Monarquia em Portugal e pela análise dos elementos envolvidos na revolução que lhe pôs termo, que temos consciência de pouco havermos acrescentado ao que já era conhecido, embora tenhamos reflectido de uma maneira diversa sobre dados velhos e, por isso, chegado a conclusões parcelares inovadoras.

Bibliografia

- AAVV — *Relatórios Sobre a Revolução de 5 de Outubro*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1978.
- ALMEIDA, Luz de — A obra revolucionária da propaganda: as sociedades secretas. In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. II, Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1932.
- BAPTISTA, Jacinto — *O 5 de Outubro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1983.
- CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.
- FERRÃO, Carlos (Prefácio e notas) — *Relatórios sobre a revolução de 5 de Outubro*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1978.
- FERREIRA, David — Partido Republicano Português. In SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, V vol. Porto: Figueirinhas, 1985.
- FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Estampa, 1992.

- GRAINHA, M. Borges — *História da Franco-Maçonaria em Portugal: 1733-1912*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Veja, 1976.
- GUEDES, Marques — Os Últimos Tempos da Monarquia: 1890 a 1910. In PERES, Damião (dir.) *História de Portugal*, vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora, 1935,
- HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Propaganda Republicana: 1870-1910*. Coimbra: Ediliber, 1990.
- HOMEM, Amadeu Carvalho — *Da Monarquia à República*. Coimbra: Palimage, 2001.
- MALTEZ, José Adelino — *Tradição e Revolução: Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XX*, vol. I. Lisboa: Tribuna da História, 2004.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vols. I e II. s. l.: Editorial Delta, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da Maçonaria em Portugal. Volume I. Das Origens ao Triunfo*. Lisboa: Presença, 1990.
- NAUDON, Paul — *A Franco-Maçonaria: A História, A Doutrina, Os Ritos, As Obediências*. s. l.: Publicações Europa-América, s. d.
- NEVES, Hermano — *Como Triunfou a República: Subsídios para a história da revolução de 4 de Outubro de 1910*. 2.^a ed. Lisboa: Terra Livre, 2010, p. 80.
- NUNES, José Maria — *A Bomba Explosiva (28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910)*. Ed. fac.símile. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- PIMENTA, Costa (Org. e Prefácio) — *O Relato Secreto da Implantação da República Feito Pelos Maçons e Carbonários*. Lisboa: Guerra & Paz, 2010.
- RAMOS, Jorge — *O que é a Maçonaria*. 3.^a ed. Lisboa: Editorial Minerva, 1982.
- ROSAS, Fernando — *Lisboa Revolucionária: 1908-1975*. Lisboa: Tinta-da-china, 2010.
- SANTOS, Machado — *A Revolução Portuguesa 1907-1910*, Lisboa: Sextante Editora, 2007.
- UNAMUNO, Miguel de — *Portugal, Povo de Suicidas*. 3.^a ed. Lisboa: Abismo, 2010.
- VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

VENTURA, António — *A Carbonária em Portugal: 1897-1910*, 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

VIVERO, Augusto e VILLA, António de la — A Carbonária e a Revolução. In AAVV — *Machado Santos, A Carbonária e a Revolução de Outubro*. Lisboa: Cooperativa Editora, 1980.